

NOTA EXPLICATIVA

Contas de Governo - 2022


1. ÍNDICES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

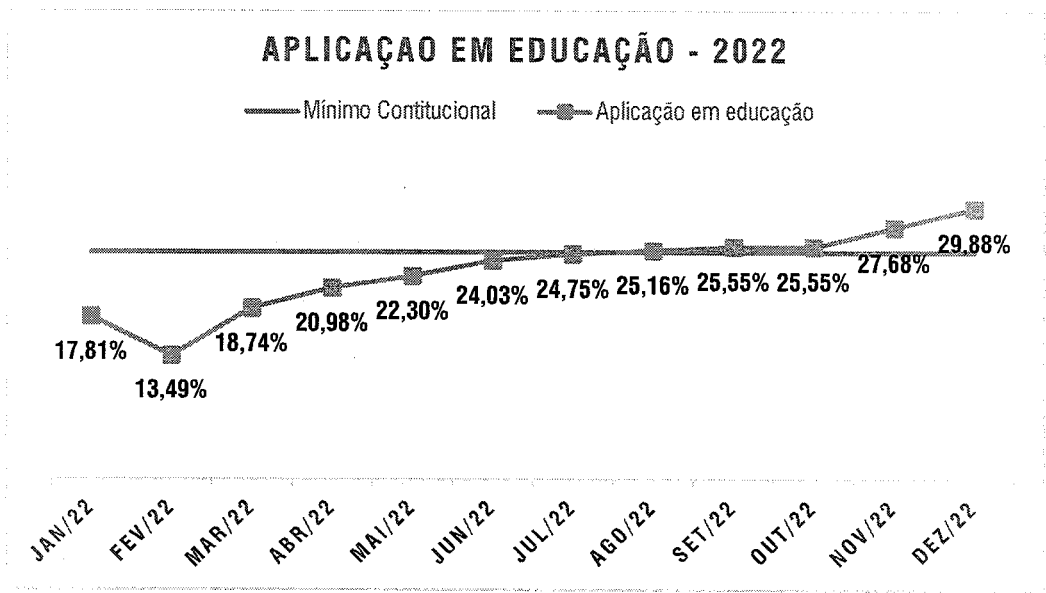
A Constituição Federal determina que os municípios devem aplicar uma porcentagem mínima de sua receita com o desenvolvimento do ensino e ações na saúde. Por outro lado, a Lei de Responsabilidade Fiscal impôs um limite para despesas com pessoal.

Ante o exposto, os gráficos abaixo cotejam os índices do município de Catalão – Goiás em dezembro de 2022 com os respectivos limites constitucionais e legais impostos para fins de verificação de conformidade.

1.1 EDUCAÇÃO

- ✓ **Base legal:** Art. 212 da Constituição Federal / Art. 1º, inc. II da Lei nº 14.113/2020 / Art. 25, § 1º, inc. IV, alínea b, da Lei Complementar nº 101/2020 (LRF).
- ✓ **Origem dos Recursos:** Receita de impostos e transferências constitucionais (IPTU, IRRF, ISS, ITBI, FPM, ICMS, IPVA e o IPI...).
- ✓ **Limite Constitucional:** 25%.
- ✓ **Aplicação no município:**

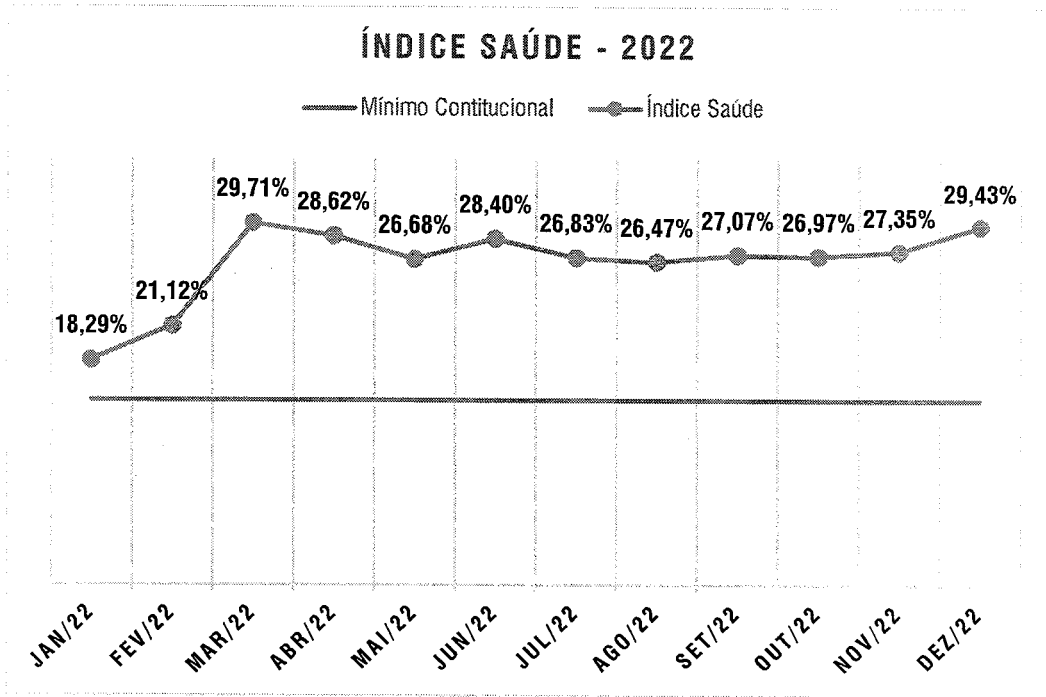
Aplicação Mínima	Aplicação do Município	Regularidade
25%	29,88%	



1.2 SAÚDE

- ✓ **Base legal:** Art. 198, § 2º da Constituição Federal / Art. 7º Lei Complementar nº 141/2012 / Art. 25, § 1º, inc. IV, alínea b, da Lei Complementar nº 101/2020 (LRF).
- ✓ **Origem dos Recursos:** Receita de impostos e transferências constitucionais (IPTU, IRRF, ISS, ITBI, FPM, ICMS, IPVA e o IPI...).

Aplicação Mínima	Aplicação do Município	Regularidade
15%	29,43%	☑



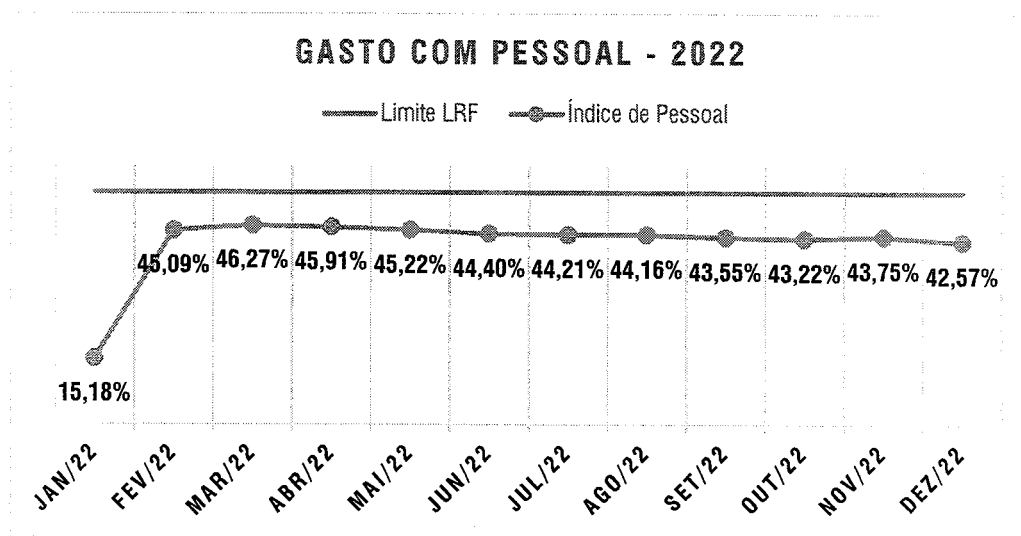
1.3 GASTO COM PESSOAL

- ✓ **Base legal:** Art. 198, § 2º da Constituição Federal / Art. 7º Lei Complementar nº 141/2012 / Art. 71 da Lei Complementar nº 101/2020 (LRF).
- ✓ **Fórmula de cálculo:** $(\text{Despesa total com pessoal}^1 / \text{Receita Corrente Líquida}^2) \times 100$.

Gasto Máximo	Gasto do Município	Regularidade
54%	42,57%	✓

¹ Despesa total com pessoal: o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.

² Receita corrente líquida municipal: somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira citada no § 9º do art. 201 da Constituição Federal.



2. APLICAÇÃO COM FUNDEB

No âmbito municipal, os recursos do Fundeb devem ser aplicados na manutenção e desenvolvimento da educação básica pública, observando-se a atuação prioritária na educação infantil e no ensino fundamental (§ 2º do art. 211 da Constituição).

Dos recursos investidos nessa educação básica, **70% dos recursos anuais totais deve ser destinado remuneração dos profissionais da educação** tais como professores, profissionais de função de apoio técnico, administrativo ou operacional (cozinheiras, porteiros, auxiliar de serviços gerais, etc), entre outros, em efetivo exercício na educação básica pública (regular, especial, indígena, supletivo). Por sua vez, a parcela restante (de no máximo 30%) deve ser aplicada nas demais ações de manutenção e desenvolvimento, também da educação básica pública.

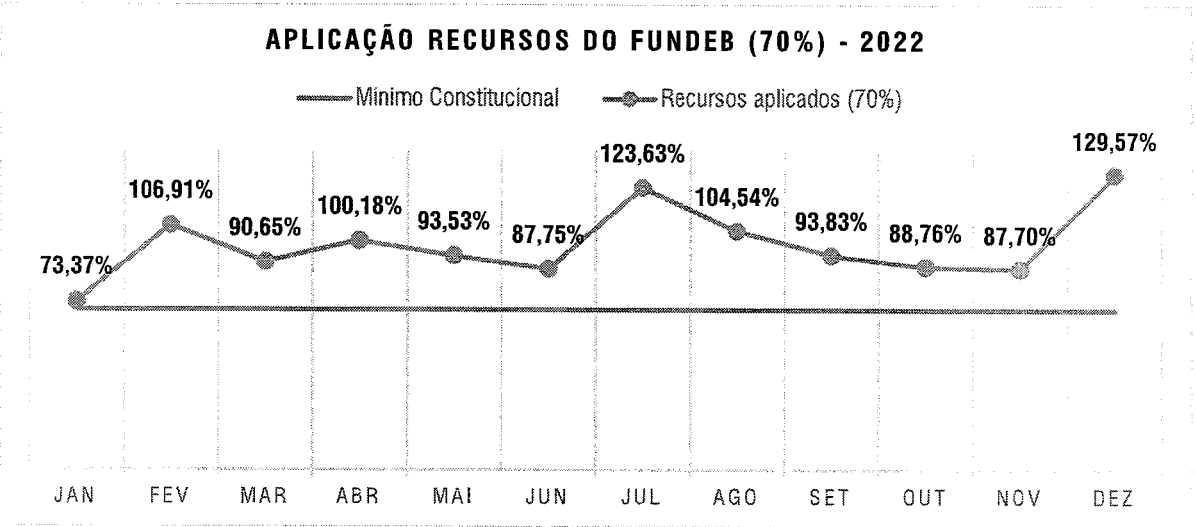
É oportuno destacar que, se a parcela de recursos para remuneração é de no mínimo 70% do valor anual, não há impedimento para que se utilize até 100% dos recursos do Fundeb na remuneração dos profissionais da educação.

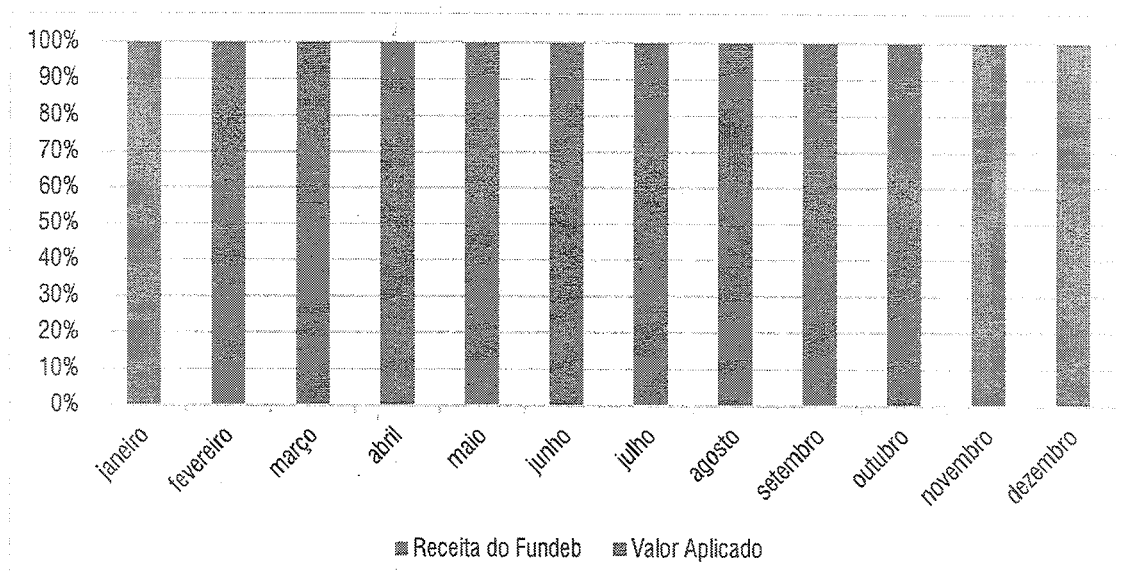
Os valores aplicados no ano de 2022 foram o seguinte:

- ✓ **Base legal:** Art. 212 da Constituição Federal, inc. XI / Art. 26, § 2º da

- ✓ Limite Constitucional: 70%
- ✓ Aplicação dos recursos do FUNDEB no município:
- ✓

ANÁLISE DE “APLICAÇÃO DOS 70%” (REMUNERAÇÃO)			
Referência	Receita do Fundeb	Valor Aplicado	Aplicação (%)
janeiro, 2022	R\$ 4.005.964,56	R\$ 2.939.219,47	73,37%
fevereiro, 2022	R\$ 4.497.133,83	R\$ 4.807.942,09	106,91%
março, 2022	R\$ 4.290.346,90	R\$ 3.889.275,25	90,65%
abril, 2022	R\$ 4.290.223,64	R\$ 4.297.770,98	100,18%
maio, 2022	R\$ 4.566.115,53	R\$ 4.270.662,94	93,53%
junho, 2022	R\$ 4.827.371,30	R\$ 4.235.856,93	87,75%
julho, 2022	R\$ 4.299.371,30	R\$ 5.315.347,25	123,63%
agosto, 2022	R\$ 4.093.568,78	R\$ 4.279.368,91	104,54%
setembro, 2022	R\$ 4.458.901,27	R\$ 4.183.610,72	93,83%
outubro, 2022	R\$ 4.636.979,92	R\$ 4.115.893,27	88,76%
novembro, 2022	R\$ 4.601.972,88	R\$ 4.036.080,07	87,70%
dezembro, 2022	R\$ 5.205.099,16	R\$ 6.744.230,37	129,57%
Total	R\$ 53.773.049,07	R\$ 53.115.258,25	98,78%





- **Receita acumulada:** R\$ 53.773.049,07
- **Aplicação acumulada:** R\$ 53.115.258,25
- **Índice Fundeb:** 98,78%

3. ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

A Lei Orçamentária Anual (LOA) é um efetivo instrumento de planejamento projetado no exercício anterior para a sua execução no exercício seguinte. Durante a execução do orçamento, podem ocorrer situações que não foram previstas na elaboração da proposta orçamentária e que devem ser absorvidas no orçamento do exercício. Essas situações indicam despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na proposta orçamentária, que devem ser corrigidas durante o exercício, por meio da abertura de créditos adicionais autorizados pela Câmara Municipal.

Prevendo possíveis alterações, a LOA 2022 do município Catalão, ampara legalmente pelo art. 165, §8º da Carta Magna, autorizou a suplementação em 70% do valor do orçamento, possibilitando uma suplementação de R\$ **R\$ 332.850.000,00**, mas com o andamento da arrecadação do Município de Catalão, que foi, além do que foi estimando no orçamento inicial de 2022, tivemos que encaminhar mais 3 projetos lei de créditos suplementares, conforme número e data das leis descritos abaixo;

Lei de nº 4011 – 15/09/2022 – 20%

Lei de nº 4031 – 08/12/2022 – 6%

Lei de nº 4033 – 08/12/2022 – 3%

Do valor total de suplementação autorizado pela LOA e Lei específica, foi utilizado 98,40%, equivalente a R\$ 467.887.538,77, conforme detalha a tabela a seguir:

Descrição	Crédito Suplementar		Crédito Especial - Lei 3976, 3988 e 3962	Crédito Extraordinário	Total de crédito utilizado	Saldo Disponível
	Autorizado na LOA - Lei 3938	Autorização Lei Específica - Lei 4011, 4031 e 4033				
Percentual	70%	29%	12,23%	-	98,4%	0,6%
Saldo	R\$ 332.850.000,00	R\$ 137.895.000,00	R\$ 58.194.514,90	-	R\$ 467.887.538,77	R\$ 2.857.461,23

4. RESULTADO FINANCEIRO – SEM RPPS

O princípio do equilíbrio orçamentário estabelece, de forma simplificada, que as despesas não devem ultrapassar as receitas previstas para o exercício financeiro. Dessa forma, convém avaliar a o resultado financeiro-orçamentário referente ao exercício de 2022 para verificar se essa premissa foi atendida.

4.1 ANÁLISE DE EQUILÍBRIO ORÇAMENTÁRIO – SEM RPPS

O equilíbrio orçamentário é evidenciado pelo resultado orçamentário, que basicamente compara a receita realizada e a despesa empenhada no exercício. Analisando, o relatório de execução orçamentária do município, foi possível obter o seguinte Resultado Orçamentário, desconsiderando os recursos intra-orçamentários (RPPS):

Resultado Orçamentário (R0) – Sem RPPS	
Receita Realizada 2022(1)	R\$ 600.936.978,59
Despesa Empenhadas 2022 (2)	R\$ 585.376.770,94
R0 Empenhado (1-2)	R\$ 15.560.207,65

Observa-se que o município teve superavit orçamentário de R\$ 15.560.207,65 (quinze milhões quinhentos e sessenta e seis mil e duzentos e sete reais e sessenta cinco centavos), no exercício de 2022.

4.2 ANÁLISE DE EQUILÍBRIO FINANCEIRO – SEM RPPS

Resultado Financeiro (RF) – Sem RPPS	
Termo de Conferencia de Caixa - Sem o RPPS (1)	R\$ 155.918.487,50
Despesa não Processada (2)	R\$ 11.272.371,46
Despesa Processada (3)	R\$ 13.701.117,02
Consignações/ Tesouraria (4)	R\$ 1.383.158,35
Resto não Processado (5)	R\$ 3.852.607,79
Resto Processado (6)	R\$ 4.755.297,63
RF Empenhado (1- (2+3+4+5+6))	R\$ 120.953.935,25
RF Liquidado (1 - (3+4+6))	R\$ 136.078.914,50

Do exame dos cálculos acima, nota-se que o município tem disponibilidade em caixa para cumprir com as despesas e restos, haja vista o superávit financeiro de R\$ 120.953.935,25 (cento e vinte milhões e novecentos e cinquenta e três mil e novecentos e trinta e cinco mil e vinte e cinco centavos) no período em questão.

5. DIVIDA FUNDADA

O município de Catalão, encaminhou os ofícios juntos aos seus credores com dívida acima de 12 meses, tem um retorno de alguns credores e outros credores so posicionou o município posterior fechamento do Balanço Geral do exercício de 2022.

Podemos observar no relatorio extraído do relatorio da demonstração da divida fundada que os seguintes fornecedores abaixo emitiram no tempo hábil a posição da dívida em 31/12.

- RECEITA FEDERAL DO BRASIL
- BNDES – BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO
- EQUATORIAL ENERGIA

Referente a empresa **CAIXA ECONOMICA FEDERAL**, sera anexado o relatorio com a posição da divida em 31/12/2022, mas so sera atualizado na presente data do dia 11/04/2023, no dia que o relatorio foi encaminhado para o departamento de contabilidade.

Goiânia, 13 de abril de 2023

Atenciosamente,

THIAGO
FRANCISCO
ALVES
SANTANA:0067
7107196

Assinado de forma
digital por THIAGO
FRANCISCO ALVES
SANTANA:006771071
96
Dados: 2023.04.12
15:45:18 -03'00'